WWW.JORNALATOS.NET A SUA INFORMAÇÃO DIÁRIA

JORNAL ATOS

ANO 27 R$ 1,50 RMVALE, QUARTA-FEIRA, 7 DE JULHO DE 2021 N.º 3.827

Por falha em elaboração, Soliva veta projeto de isenção do estacionamento rotativo próximo a hospitais de Guará

Após aprovação, Executivo barra proposta, mas deixa expectativa de aprovação após correções em julho

Fabiana Cugolo
Guaratinguetá

Fotos: Ana Laura Carvalho

O Hospital Frei Galvão, em Guará; estacionamento aguarda votação

A última sessão de Câmara de Guaratinguetá antes do recesso do legislativo, realizada na terça-feira (29), teve como destaque, entre as diversas votações, o veto do Executivo ao projeto de lei que isenta a cobrança de taxa de estacionamento rotativo, na denominada "Zona Verde", próxima aos hospitais Frei Galvão, UPA (Unidade de Pronto Atendimento) e Santa Casa. Aprovado no último dia 8, o projeto de autoria de Marcelo da Santa Casa (PSD), Fabrício da Aeronáutica (MDB) e Nei Carteiro (MDB) aguarda correções para possível sanção no próximo semestre.

O Legislativo tem a possibilidade de barrar o veto do prefeito Marcus Soliva (PSC), mas durante a discussão, o líder do governo e presidente da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), Márcio Almeida (PSC), comentou as tratativas entre o poder Executivo e os autores do projeto.

Almeida pediu para que os demais vereadores acatassem o veto. "Chegamos à conclusão de que efetivamente houve um gap jurídico nesse projeto, mas é sanável. Os autores do projeto já estão em conversas com Executivo, mais especificamente o vereador Marcelo, para que no início do segundo semestre esse tema, que é de grande relevância tanto para Executivo quanto Legislativo, tenha essa solução no gap, que a princípio foi o impacto financeiro, pois se trata de uma isenção", destacou o governista, que salienta falhas na avaliação da proposta. "Fica aqui o nosso (CCJ) pedido de desculpas por não ter observado isso naquele momento, mas inclusive já estamos corrigindo", explicou.

Após as explicações de Márcio Almeida, Marcelo da Santa Casa também reforçou o pedido para que a Casa aceitasse o veto. A votação, que não incluía o presidente, Arilson Santos (PSC), obteve nove votos a favor e somente o voto contra de Nei Carteiro.

O autor do pedido enfatizou que o objetivo do projeto é proporcionar a isenção aos pacientes que fazem tratamento oncológico e de hemodiálise, e explicou o andamento das conversas. "O que aconteceu é que embora esse projeto tenha sido muito discutido entre Legislativo e Executivo, no final dele percebemos uma lacuna. Não deu tempo de corrigir, pois já havíamos votado. Em entendimento com Executivo, decidimos vetar o projeto, e no retorno do recesso, o próprio Executivo voltará com esse projeto em nome dele com as correções necessárias", detalhou.

Aparecida inicia testagem em massa da Covid-19 em feirantes e ambulantes

Movimento da feira preocupa Prefeitura, que aposta na atenção direta ao centro; cidade tem 3.368 casos

Fotos: Marcelo A dos Santos

A feira livre de Aparecida, foco de imunização em massa, que foi iniciada no último sábado; ação contra Covid-19 continua neste final de semana

Da Redação
Aparecida

A Prefeitura de Aparecida inicia neste fim de semana o programa de testagem em massa com os feirantes e ambulantes da feira livre. O intuito é ampliar o planejamento de proteção da população em meio à pandemia do Covid-19, seguindo as recomendações da OMS (Organização Mundial da Saúde).

A ação, que pretende atender cerca de duas mil pessoas no período das 8h às 15h, é financiada pelo aporte conhecido como "Verba Covid", destinada às cidades para o trabalho voltado ao combate e a prevenção contra a Covid-19.

A iniciativa é acompanhada pela promessa da Prefeitura que nas próximas semanas os comerciantes e pessoas que trabalham no ramo hoteleiro serão o foco da secretaria da Saúde para o serviço de testagem em massa.

De acordo com o boletim epidemiológico, publicado nas redes sociais da Prefeitura na tarde desta sexta-feira (2), Aparecida tem hoje 3.368 casos confirmados, 100 óbitos e 53 pessoas em isolamento domiciliar.

Apoio – Programa federativo de enfrentamento ao novo coronavírus, a Verba Covid foi aprovada pelo Senado, distribuindo o valor de R$ 60 milhões a estados e municípios.

Apesar dos cuidados, a ação anunciada pela secretaria de Saúde segue em parte o sugerido pela Organização Mundial de Saúde, que destaca que o trabalho de testagem em massa deve ser realizado juntamente com o isolamento social para reduzir a propagação do vírus.

Outras informações sobre o atendimento estão publicadas no site oficial da Prefeitura, aparecida.sp.gov.br e podem ser acessadas também pelo telefone (12) 3104-4055.

ATOS E FATOS
Professor Márcio Meirelles

"Você apagou a luz e iluminou o Brasil"
Fernando Henrique Cardoso

20 ANOS DE APAGÃO!

2001 o apagão de Fernando Henrique Cardoso!

2021 o apagão de Bolsonaro!

O fantasma do apagão do começo do século volta a rondar o país.

A população mais jovem não tem noção do que foi o apagão e suas consequências.

Estima-se que o país perdeu perto de 50 bilhões de reais, ou R$320,00 para cada brasileiro a conta, com o racionamento e o aumento das tarifas - como efeito inibidor do consumo.

Além destas táticas utilizou-se de blecautes programados para evitar o colapso do sistema elétrico brasileiro.

Neste período de vinte anos o país modificou a sua matriz energética, a dependência das usinas hidrelétricas, desenvolvendo outras fontes e mantendo a termoelétrica como reserva técnica.

A energia hidrelétrica atualmente contribui com 63%´para a matriz nacional, ficando o restante para as outras fontes e a "caríssima" termoelétrica, para atender as crises hídricas.

Para o governo Fernando Henrique Cardoso foi um fato político-administrativo inesperado, todo o governo foi surpreendido pelo colapso energético.

Sem isentar o governo de responsabilidade por um fato de gestão e falta de planejamento, entretanto, cabe uma ressalva: a distribuição dos ministérios aos partidos apoiadores no parlamento.

A garantia para governar!

A tal governabilidade que torna o presidente refém do poder legislativo e submisso a um possível processo de impeachment.

O setor energético estava sobre a responsabilidade do partido dos Democratas, o DEM, como esteve o Ministério da Comunicação no primeiro governo, ao então extinto PFL (Partido da Frente Liberal).

Posteriormente, o setor energético passou para o comando do antigo PMDB, tendo à frente o senador José Sarney, o ícone político da bancada do norte do país no parlamento.

A privatização da Eletronorte comprova a influência da bancada do norte no setor energético e os "jabutis", leia-se, benefícios e privilégios, introduzidos no programa de privatização.

Diante do colapso o governo Fernando Henrique não se omitiu e não transferiu a culpa ao partido aliado. Criou um gabinete de crise, tendo à frente o Chefe da Casa Civil, o competente Pedro Parente, que reaparece no cenário político-administrativo, como executivo na Petrobras, pós crise do "petrolão".

É de se ressaltar que o governo não omitiu nenhum detalhe da gravidade da crise e uma resposta surpreendente da sociedade que se manifestou de forma ordenada, cidadã, numa demonstração democrática, ordenada, coesa, responsável, imbuída, talvez, pela manifestação das Diretas Já, o Plano Real com o fim da inflação e a volta do povo as ruas.

Famílias e empresas tomaram uma série de ações, desligando os freezers – símbolo de status -, diminuindo pontos de luz, a utilização de equipamentos elétricos poupadores de energia, nas indústrias a substituição da energia elétrica pelo gás.

As ruas ficaram parcialmente apagadas, a proibição dos eventos noturnos, jogos de futebol, shows.

É constrangedor a comparação no comportamento da sociedade em um espaço de 20 anos

Se passaram vinte anos e os especialistas apontam que novo risco de racionamento é possível diante da crise hídrica na região das usinas fornecedoras de energia.

A saída para a eliminação das crises futuras é o aumento da energia eólica, solar, numa relação de 40% somente para a fonte hidrelétrica.

Outra providência imprescindível: o controle das queimadas na Amazônia, para o restabelecimento do ciclo das chuvas para a região centro-oeste – para o agronegócio – e para a região sul-sudeste- onde se encontram os reservatórios e as usinas geradoras de energia elétrica.

20 anos se passaram e a constatação de que o colapso que vamos atravessar é de uma crise de mediocridade, de uma sociedade que perdeu o sentido de urbanidade, civilidade e respeito a vida.

Se 20 anos atrás a sociedade percebeu a gravidade do colapso energético, agora a sensação, estamos num processo acelerado de ruptura na sociedade em que a ética, a moral, o comportamento humano, a educação, se deterioram e onde a criminalidade torna-se uma banalidade e a constatação inapelável de um apagão coletivo de educação da sociedade.

É constrangedor a comparação no comportamento da sociedade em um espaço de 20 anos. Pioramos!

Em 2001 abrimos a mão de um conforto e agora estamos abrindo a mão de viver, quando desobedecemos às regras mais simples de sobrevivência diante de uma pandemia.

O Brasil é um apagão só!!

Contratados da Viva Pinda voltam a paralisar ônibus nesta sexta-feira

Manifestação nas ruas do Centro frisa redução do repasse referente ao vale alimentação e método do banco de horas

Bruna Silva
Pindamonhangaba

Fotos: Arquivo Atos

Ônibus do Viva Pinda; problemas trabalhistas motivam nova paralisação do transporte

Os trabalhadores da Viva Pinda, empresa responsável pelo transporte público em Pindamonhangaba, fizeram uma nova paralisação na manhã desta sexta-feira (2). O protesto tinha como objetivo rever a redução do vale-alimentação além do método do banco de horas. Os ônibus já voltaram a operar normalmente.

A cidade amanheceu sem as primeiras linhas que fazem o percurso entre os bairros. A ação pegou de surpresa os trabalhadores que fazem uso do transporte público diariamente. O protesto durou cerca de cinco horas, e até o fim da manhã, os coletivos já retornavam ao atendimento da população.

Entre as causas da insatisfação dos funcionários da Viva Pinda está a redução do vale-alimentação de R$690 para R$400, além da mudança nas horas extras em banco de horas de um acordo firmado anteriormente, que teria prazo de término em 2020.

Apesar do esgotamento do prazo, a Viva Pinda teria continuado com as medidas. O sindicato da categoria apontou ainda que tentou tratativas para negociar a empresa, mas que foram frustradas, motivando a paralisação.

A empresa afirmou que não foi comunicada da medida, mas que está com os valores reduzidos e segue fazendo o pagamento em dia de salários e outros benefícios.

Procurada pela reportagem do **Jornal Atos**, a Prefeitura de Pindamonhangaba destacou que segue acompanhando e fiscalizando a situação junto à empresa e também ao sindicato responsável.

Câmara vota reeleição de mesa para próximo biênio em Lorena

Proposta aprovada altera Lei Orgânica e regimento interno, garantindo nova chance para atual comando da Casa, presidida por Longuinho

Rafaela Lourenço
Lorena

A mesa administrativa da Câmara de Lorena deve ser reeleita na próxima semana. Essa é a expectativa após a aprovação da alteração na Lei Orgânica. Os vereadores devem votar os que conduzirão os trabalhos da Casa para o biênio 2023 e 2024 na próxima segunda-feira (5), um ano e seis meses antes da posse da próxima mesa administrativa.

Aprovada em primeira e segunda discussão, por unanimidade, a Lei Orgânica de Lorena foi alterada último dia 25. Com a mudança em paralelo do regimento interno, o Poder Legislativo local passa a contar com a possibilidade de reeleição da mesa.

De acordo com o atual presidente, Fábio Longuinho (PSD), apenas os atuais responsáveis pelos cargos de primeiro secretário, segundo secretário, vice-presidente e presidente, Adilson Sampaio (Podemos), Wanessa Andrea (Cidadania), Beto Pereira (DEM) e Longuinho, respectivamente, se manifestaram pelo pleito até o término do prazo de inscrições, ou seja, no último dia 1.

Longuinho, que segue confiante com a harmonia entre os parlamentares nesta legislatura, destacou que as alterações atendem ao pedido dos vereadores. "Na verdade foi uma aclamação dos vereadores que estão entendendo que essa mesa administrativa tem apresentado, em tão curto espaço de tempo, resultados muito positivos e uma estabilidade que não se via no passado. Seguimos otimistas", frisou.

A eleição será realizada nesta segunda-feira (5), a partir das 17h. "Toda eleição é por ato da mesa, e ela convoca a qualquer momento. Nós, que já aproveitamos que aprovamos as alterações na Lei Orgânica e o Regimento Interno, já determinamos a marcação da data, mas isso já era previsto".

Scamilla renúncia à vice prefeitura e abre vácuo no palanque de Thales

Com longo histórico de mandatos entre Executivo e Legislativo de Cruzeiro, ele destacou motivo pessoal para decisão de deixar governo

Da Redação
Cruzeiro

O vice-prefeito de Cruzeiro, Paulo Roberto Scamilla (MDB) renunciou ao cargo na manhã desta quinta-feira (1). Ele encaminhou um documento à presidência da Câmara, destacando que não continuará no Executivo, mas não apresentou o motivo que desfez a parceria com o prefeito Thales Gabriel Fonseca (PSD).

Eleitos em novembro de 2020, com 26.597 dos votos, a dupla chegou a seis meses de mandato com projetos de alta divulgação, como a construção de uma estação de tratamento de esgoto, que promete chegar a 100% de tratamento na cidade, a implantação de um hospital regional no acesso ao município, anunciado pelo governador João Doria (PSDB) em maio, além do projeto para a construção de um shopping (proposta que já contaria com parceiros comerciais interessados).

Em 2021, Scamilla substituiu o médico Davi Mota Costa (PV), vice no primeiro mandato de Fonseca. Tabelião, nascido em Guaratinguetá, o ex-vice-prefeito foi chefe do Executivo de Cruzeiro entre 1982 e 1985, ocupando também o cargo de vereador.

Em ofício encaminhado ao presidente da Câmara, Jorge Currila (PL), Scamilla não indicou o que teria motivado a renúncia. "Fortes razões levam-me à vossa presença para comunicar que, através dessa, renuncio, como de fato renunciado está, o mandato de vice-prefeito, que me foi conferido pelo valoroso povo de Cruzeiro, nas eleições municipais de 15 de novembro de 2020".

Horas depois, ao lado do próprio prefeito, Scamilla falou sobre a medida. "São fortes razões pessoais. Nenhuma razão de ordem administrativa ou política me fez tomar essa decisão, baseada no fato também de que o prefeito goza de muita saúde e assim, cumprirá por inteiro seu mandato".

Fonseca agradeceu o ex-vice, mas garantiu que espera seguir contando com o apoio. "Quero afirmar que estejamos juntos, você (Scamilla) como um orientador, um mentor do nosso governo", solicitou.

Agora sem um vice, o nome que assume a cidade em possibilidade de ausência do prefeito é o presidente da Câmara.

Expediente

Jornal Atos
CNPJ 00.159.914/0001-08
Registro Civil: Cartório de Registros e Anexos - Guaratinguetá nº 9 - Fl 25 - Lv B-1
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 27 Prot. Of. A-1, Lv. B-1, Fl. 29
www.jornalatos.net / e-mail.: atosdiario@gmail.com

EDITOR: EDER BILLOTA
Escritório Adm.: R. Mal. Deodoro da Fonseca, 173 - CEP.: 12401-010
Tel.: (12)3522-9571- Pindamonhangaba
Escritório Logística.: R.Dr. Carlos Santos, 83 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257 Guaratinguetá
Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP.: 12.608-100 - Lorena-SP
Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Revesp Representações - Tel.: (11) 5051-4611
Circulação: Aparecida - Cachoeira Paulista - Canas - Cruzeiro - Cunha Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Potim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME
CNPJ: 06.304.064/0001-62 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114
Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lv. B-1, Fl.

Meios de pagamentos digitais facilitam dia a dia dos clientes

Com avanço das plataformas bancárias, Águas Piquete adota o PIX nas faturas

Da Redação
Piquete

Em decorrência da pandemia, muitas empresas tiveram de se adaptar para continuar proporcionando um atendimento com segurança e praticidade para os seus clientes. E uma das formas de manter o distanciamento e também de evitar o contágio pelo coronavírus, é através do uso das novas plataformas digitais de pagamento, que possibilitam os clientes ter acesso aos serviços online sem precisar sair de casa.

Em Piquete, a Águas Piquete, concessionária responsável pelo abastecimento de água no município, há 11 anos vem aprimorando sua prestação de serviços com novas tecnologias que otimizam o atendimento aos seus clientes, e que agora conta com a opção de pagamento pelo PIX das faturas, adotando o novo sistema nos boletos, que passam a contar com um QR Code e um link que redireciona o cliente para uma tela de pagamento.

"Estamos sempre buscando novas tecnologias para aprimorar nossos serviços de atendimento e trazer mais comodidade e facilidades para a vida dos nossos clientes. Além de ser um meio seguro, que dificulta as fraudes, o PIX traz mais agilidade no pagamento das faturas, pois a transação é confirmada rapidamente, o que pode evitar a interrupção do fornecimento de água por inadimplência ou agilizar a reativação do serviço", explica Sérgio Bovo, diretor operacional da Águas Piquete.

O PIX, criado pelo Banco Central, pode ser usado por qualquer pessoa que tenha uma conta bancária ou carteira digital e um celular ou computador com acesso à internet. Para utilizar esta nova forma de pagamento, basta fazer a leitura do QR Code com o aplicativo do banco. Os dados dos usuários são protegidos e mantidos em sigilo, de modo que o PIX pode ser usado com tranquilidade e segurança.

Uma das principais vantagens do PIX é a disponibilidade de realizar operações financeiras 24 horas por dia, ao longo de toda a semana, inclusive nos sábados, domingos e feriados, facilitando o dia a dia dos clientes.

Os clientes da Águas Piquete, através do aplicativo online Digi Iguá, também podem realizar o pagamento de contas, a emissão da segunda via, consulta de débitos, visualização do histórico de pagamentos e muito mais. Em casos de dúvidas ou mais informações os clientes podem entrar em contato pelo 0800 202 0120 ou Whatsapp 17-99641-3259.

Transportadora de GLP

Contrata: motorista de veículo pesado

Requisitos:

Possuir CNH E
Possuir curso MOPP (válido)
Residir em Guaratinguetá-SP
Experiência no mínimo 6 meses com carretas

Interessados enviar currículos em formato PDF para o e-mail: curriculum@ttglog.com.br com a descrição: Motorista Guaratinguetá/SP no campo do assunto.

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO
TOMADA DE PREÇOS Nº 33/2020 PROC. Nº 577/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação de empresa especializada em execução de serviços de engenharia, para execução de pavimentação em vias do bairro Vila Rica, a saber: rua Israel, rua Egito, rua França, parte da rua Alemanha e parte da rua Dinamarca, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.
CONTRATADA: CBTS COMERCIAL BRASILEIRA DE TUBOS E SANEAMENTO EIRELI
CNPJ: 00.869.442/0001-79
VALOR TOTAL: R$ 352.106,28 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e seis reais e vinte e oito centavos)
VIGÊNCIA: 06 (seis) meses
DATA DA ASSINATURA: 05/07/2021

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO – DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATO 31/21 - PROCESSO 139/21 SUP – 2298/21 GPRO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação de seguro veicular para o veículo Pálio WK Atracction 1.4, placa FIL 5975, do Conselho Tutelar.
CONTRATADA: GENTE SEGURADORA SA
CNPJ: 90.180.605/0001-02
VALOR TOTAL: R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses (20/05/21 a 20/05/22)
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2021

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE CONTRATO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 194/21 SUP – 2335/21 GPRO
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Lorena
OBJETO: Contratação da de serviço de apoio para articulação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial de Lorena no contexto da COVID19, de acordo com a portaria GM/MS n°3350, que serão prestados nas condições estabelecidas neste contrato e na proposta, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.
CONTRATADA: PEDRO IVO FREITAS DE CARVALHO YAHN
CNPJ: 30.356.856/0001-65
VALOR TOTAL: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DATA DA ASSINATURA: 05/07/2021

PREFEITURA DE LORENA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
TERMO ADITIVO Nº 02 - Contrato 266/20 – TP 20/20 – Processo Licit 354/20

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LORENA
CONTRATADO: CARLOS PEREIRA ARAUJO CONSTRUÇÃO ME
CNPJ Nº: 21.564.305/0001-04
CLÁUSULA PRIMEIRA: Com respaldo no inc. XXI do art. 37 da Carta Magna e art. 65, II, "d", da lei n° 8666/93, fica, a titulo de reequilíbrio econômico-financeiro por revisão, acrescido aproximadamente 22,76% (vinte e dois inteiros e setenta e seis centésimos por cento) ao valor do contrato 266/2020, decorrente do processo licitatório 354/2020, TP 20/2020, que versa sobre a execução de serviços para construção de casa para caseiro, localizada no Campo Vila Geny, com fornecimento de material, equipamentos e mao de obra, firmado entre os contratantes em 16/12/2020, em decorrência do seguinte fato: existência de excepcional aumento de preço de itens que compõem o objeto contratado em função da pandemia de COVID19.
CLÁUSULA SEGUNDA: O valor total deste termo aditivo para cobrir as despesas relativas à alteração do contrato é de R$ 23.419,58 (vinte e três mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e oito centavos).
SUBCLAUSULA ÙNICA: O valor global do contrato passará para R$ 126.318,87 (cento e vinte e seis mil, trezentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos).
CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
DATA DA ASSINATURA: 01/07/2021

PREFEITURA DE LORENA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito RECONHECE E RATIFICA com base no Art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO referente ao Processo nº 194/2021-SUP; 2335/2021-GPRO, com fundamento no art. 25,inciso II, c/c art. 13, incisos III e VI da lei supracitada, cujo objeto consiste na contratação de serviço de apoio para articulação e fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial de Lorena no contexto da COVID19, de acordo com a portaria GM/MS n°3350.
CONTRATADA: PEDRO IVO FREITAS DE CARVALHO YAHN
CNPJ: 30.356.856/0001-65
DATA DA ASSINATURA: 05/07/2021

Projetos debatem direitos e apoio ao público LGBTQIA+ em Cachoeira

Garantia de direitos fundamentais e ações de incentivo ao trabalho de pessoas trans e travestis são pautas que ganharam destaque durante a última sessão de Câmara; proposta tem apenas dois votos contrários

Thales Siqueira
Cachoeira Paulista

Fotos: Arquivo Atos

A bandeira que estampa a luta por igualdade do movimento LGBTQIA+, foco de projetos em Cachoeira

A Câmara Municipal de Cachoeira Paulista aprovou, na sessão da última terça-feira (29), o projeto para a criação da Semana de Conscientização e Orgulho LGBTQIA+. Outra proposta que prevê ações de incentivo ao trabalho de pessoas trans e travestis foi lido no plenário, além da apresentação da sugestão de criação de um centro municipal de apoio a essa comunidade.

Apresentado pela vereadora Thálitha Barboza (PT), o projeto de lei nº 0070-2021 consiste na criação de políticas públicas de reserva de vagas de emprego ou estágio para homens e mulheres transexuais e mulheres travestis nas empresas privadas. O objetivo do projeto é combater o preconceito e garantir a essas pessoas o pleno exercício da cidadania.

As empresas que têm incentivos fiscais do município ou mantenham convênio de prestação de serviços com o poder público e que possuam vinte empregados contratados deverão contratar pessoas autodeclaradas travestis e transsexuais (no mínimo 5% do total de seus empregados). Caso haja um descumprimento da lei, as empresas poderão ter a rescisão do contrato.

"Esta proposta merece prosperar porque coloca Cachoeira Paulista na vanguarda desta luta em defesa do público LGBTQIA+ no pleno exercício de sua cidadania que, como todos nós sabemos, dá-se com o exercício de uma atividade no mercado de trabalho, seja como trainner, estagiário ou profissional atuante em ambiente corporativo livre de quaisquer barreiras de viés discriminatório", frisou a vereadora.

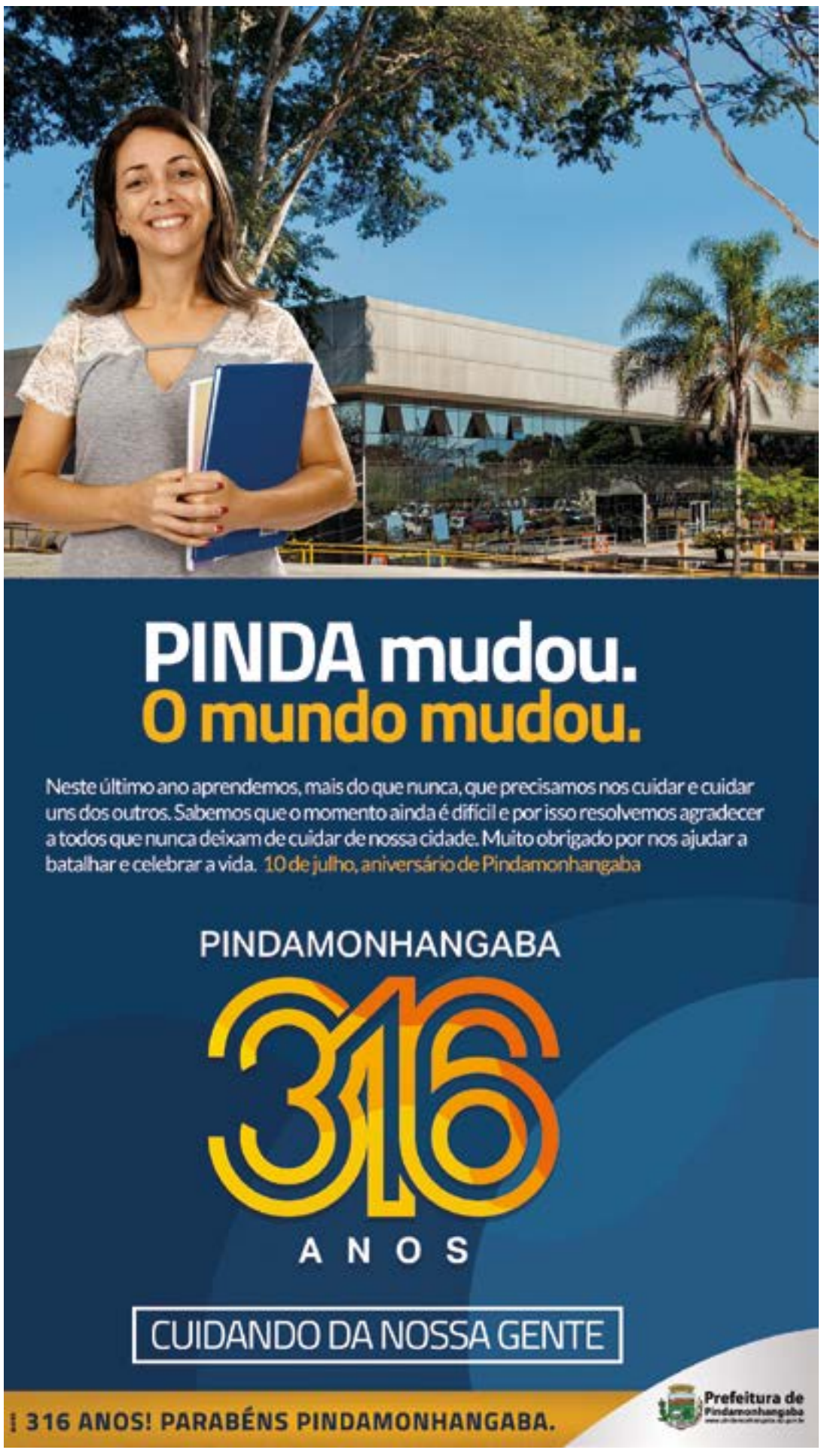
Ainda na noite da terça-feira foi votado o projeto de lei nº 0053-2021, de autoria do vereador Léo Fênix (PSB), que institui a Semana Municipal de Conscientização e Orgulho LGBTQIA+ e o Dia Municipal do Orgulho LGBTQIA+ em Cachoeira Paulista. Os vereadores Felipe Piscina (DEM) e Rogéria Lucas (PODE) não participaram da sessão. Entre os presentes, dois votaram contra o projeto, Alexandre Alves (PSD) e Luiz Gonzaga Brejão (PSC).

A Semana Municipal de Conscientização e Orgulho será comemorada anualmente do dia 22 ao dia 28 de junho, sendo o último dia comemorado o Dia Municipal do Orgulho, como ápice da semana comemorativa. A Prefeitura será responsável por promover ações com o intuito de divulgar os direitos e dar visibilidade à comunidade LGBTQIA+.

"Para alguns, LGBTQIA+ pode ser apenas letras, mas o intuito é que um número cada vez maior de pessoas se sinta representadas pelo movimento e as suas pautas defendidas na sociedade", frisou Fênix.

Com a mesma preocupação, a vereadora Adriana Vieira (PTB) fez uma indicação legislativa que será encaminhada ao Executivo: a sugestão de criação de um Centro Municipal de apoio LGBTQIA+ na cidade, visando oferecer uma rede de proteção e garantia de direitos fundamentais à população referida. "Não tem um lugar específico para o acolhimento. A gente precisa ter um olhar para essas pessoas que já passam tanto preconceito. Para realizar acompanhamento psicológico, precisamos de profissionais preparados para acompanhar e acolher essa comunidade permitindo a garantia dos direitos fundamentais", ressaltou Vieira.

Igualdade e respeito – LGBTQIA+ é o movimento político e social que defende a diversidade e busca mais representatividade e direitos para a comunidade. A sigla, que passa por transformações ao passar do tempo, é a sinalização dos grupos que lutam há décadas por mais igualdade e respeito à diversidade. O L representa lésbicas; o G foca os gays; o B, aos bissexuais; T se refere aos transexuais; o Q representa o "queer", pessoas que transitam entre as noções de gênero como drag queens; o I foca o intersexo; A que destaca o assexual; o +, utilizado para incluir outros grupos e variações de sexualidade e gênero, como pansexuais.



CDHU oferece negociação de dívidas para inadimplentes

Novo asfalto deve garantir melhoria na Abel Fabrício Dias e Amador Bueno da Veiga; valor é de 10% do orçamento

Fabiana Cugolo
Guaratinguetá

Durante visita a Guaratinguetá, na última segunda-feira (21), o presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido), anuncia a verba de R$ 1,9 milhão à Santa de Casa de Misericórdia. Entre a comitiva presidencial estava a deputada federal Carla Zambelli (PSL), parlamentar que destinou a emenda para o hospital.

Além do anúncio, o presidente e sua equipe compareceram à cerimônia de formatura da EEAR (Escola de Especialistas de Aeronáutica) e conheceram a UPA (Unidade de Pronto Atendimento), obra que foi financiada pelo Governo Federal e atualmente é hospital de campanha contra Covid-19.

O recebimento da verba será dividido em duas etapas. Na primeira, serão destinados R$ 1 milhão. A expectativa é que o dinheiro seja disponibiliza.